

também nossas emendas, discutimos na bancada e vamos, sim, realmente, discutir e tentar chegar... Eu, por exemplo, apresentei uma emenda, que seria a questão do escalonamento para os comissionados, nossos funcionários.

Mas, enfim, sou favorável. Vamos aprovar o regime de urgência, vamos discutir, sim, e vamos avançar nesse projeto. Vamos votar, presidente.

Deus abençoe a todos. O povo realmente espera isso que nós estamos fazendo agora no Parlamento. Parabéns à Mesa Diretora, parabéns a todos os deputados que participam ativamente deste grande projeto.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Parabéns ao deputado Nascimento por não ter utilizado o seu tempo em sua totalidade. Neste momento estão abertos os pedidos de inscrição para os senhores líderes que queiram fazer o encaminhamento do regime de urgência.

Pela ordem, Professora Bebel, tem a palavra V. Exa. como líder da Minoria. Vossa Excelência precisa ligar o microfone, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Já liguei, deputado. O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Agora, sim.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tudo bem, o senhor está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeitamente. Tem a palavra Vossa Excelência.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu gostaria de tomar o meu tempo e dividir em dois oradores. A deputada Beth Sáhão e o deputado Paulo Fiorilo, deputado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Quem faz o encaminhamento primeiro, deputada Bebel?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputada Beth Sáhão e, no quinto minuto, ela passa para o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só vou pedir... Eu passo a palavra - é regimental - para encaminhar. A deputada Beth Sáhão precisa passar a palavra depois para o deputado Paulo Fiorilo, perfeito? Eu não posso controlar o tempo dela.

Só peço que, gentilmente, a pedido da Professora Bebel, líder da Minoria, Vossa Excelência, deputada Beth, possa controlar o tempo para dividir com o deputado Paulo Fiorilo, perfeito? Tem a palavra V. Exa. para encaminhar em nome da liderança da Minoria.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada, Sr. Presidente. Já estou com o meu cronômetro ligado aqui no celular; e cumprimentá-lo. Cumprimentar todas as deputadas e deputados, todos aqueles que acompanham esta importante sessão da Assembleia Legislativa.

Primeiramente, gostaria de externar as nossas condolências ao deputado Ricardo Mellão. Eu, como muitos de nós, convivi com o pai dele. Foi nosso colega durante uma legislatura e, portanto, fica aqui a nossa solidariedade e os nossos sentimentos.

Queria também dialogar rapidamente com o deputado Carlão quando ele diz da questão da urgência e que urgência a gente não discute o conteúdo do projeto. Isso para mim é uma novidade, viu, deputado Carlão? Porque todas as sessões em que foram pautadas a urgência de determinados projetos, a gente sempre entra no conteúdo.

É uma coisa quase que inerente ao debate. Faz parte do debate porque a gente vai discutindo.

E a urgência também é um instrumento importante porque nos permite inclusive evoluirmos nesse debate e buscarmos um consenso, se é que ele poderá existir, buscar construções inovadoras, aprimoramento de projetos, para que à hora que a gente vai votar o projeto, a gente já tenha essas ideias todas bastante difundidas entre nós todos e quem sabe muitas delas podem ser adotadas.

Nesse sentido, eu queria aproveitar aqui o meu curto tempo para dizer, reiterar a nossa posição em relação ao desconto dos servidores. Nós sabemos da simbologia e da importância que é para todos nós, deputadas e deputados, e para a própria opinião pública perceber que os deputados estão tirando dos seus subsídios um percentual para destinar para o enfrentamento à Covid-19.

Isso também se estende à verba de gabinete, que também receberá um desconto importante. Outras questões - contratos, o fundo da Assembleia de reserva - tudo isso será posto e certamente aprovado.

Mas o que eu observei acompanhando tanto a sessão de ontem, quanto a de hoje, é que uma boa parte dos deputados não tem concordância em relação aos descontos de servidores, porque não são todos os servidores que podem dispor de um percentual sobre os seus salários.

Muitos deles têm obrigações; muitos deles não conseguem abrir mão disso; sustentam suas casas; são arrimos de família. Enfim, têm uma série de compromissos já assumidos.

Não é uma tarefa fácil. Por isso mesmo nós aqui entendemos que essa é uma conquista dos trabalhadores e em conquistas, salários, para nós, não se pode mexer. Salário para nós tem que ser preservado.

Inclusive do ponto de vista constitucional a gente sabe também que tem implicações caso haja essa intenção da redução do salário dos servidores. E acompanhando um pouco o deputado Emídio, lá atrás, quando ele falou hoje - foi um dos primeiros a falar, a se posicionar aqui nesta sessão - em relação à destinação dos recursos.

Mas antes de eu falar da destinação dos recursos, eu queria dizer e reiterar a preocupação nossa - e nisso aqui não vai nenhuma dose de desconiança de quem quer que seja - em relação à transparência e à fiscalização da utilização desses recursos. Muitas ideias aqui foram colocadas: "Olha, vamos mandar para tal lugar; vamos mandar para a Santa Casa; vamos mandar para compras de EPI; vamos mandar para a Saúde".

Eu tenho certeza de que é um montante importante. No final vai somar independentemente do que vai entrar ou não e esse montante pode ser dividido em duas, três áreas que a gente pode estar indicando.

Como bem colocou o Emídio, essa verba que nós vamos economizar precisaria ser carimbada para a gente saber aonde ela está indo, até para poder facilitar a nossa fiscalização.

Acho que essa seria uma medida ideal na eventualidade desse projeto ser aprovado e eu acredito que o será, embora que também acredito que haverá mudanças e alterações e, portanto, eu penso que dar um destino certo para esses recursos é uma coisa que nós poderíamos fazer.

Eu acho que a gente inclusive iria fazer um serviço importante para o Executivo, porque a gente sabe - o Caio mesmo colocou - da possibilidade de ir para prefeituras.

Enfim, cada um está trazendo as suas sugestões, mas é importante que, pelo menos as principais delas, possam ser acatadas. No mais, para encerrar a minha participação, eu quero reafirmar aqui que a bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar favorável à urgência do projeto, esperando que ao longo dos próximos dias possamos aprimorá-lo e, se for preciso, retirar e substituir alguns artigos, que tenhamos todos o mesmo objetivo nesse sentido.

E por fim, agradecer à deputada Bebel, que me indicou para falar nesses cinco minutos. E passo a palavra imediatamente para o deputado Paulo Fiorilo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Três minutos e 18 segundos, deputado Paulo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Serei breve. Quero agradecer à deputada Bebel, líder da

Minoria, e à deputada Beth Sáhão, que possibilitou essa intervenção. Basicamente são três questões.

A primeira, para dialogar com o deputado Carlão Pignatari. Deputado, ninguém, ninguém - e o senhor já fez duas falas nesse sentido - quer postergar e obstruir para que não se vote.

Ao contrário, todos aqui que falaram estão interessados, mas querem melhorar o projeto e, infelizmente, parece que a ideia de melhorar só pode ser depois e não agora, abrindo um diálogo paralelo com os deputados que têm propostas, que apresentaram emendas. Isso ajudaria muito, inclusive para que a gente não pudesse entrar no escuro nesse debate assim que for votado o pedido de urgência.

A segunda questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a Câmara Municipal de São Paulo copiou o projeto da Assembleia, mas de forma sábia recuou no corte aos salários dos seus servidores, dos comissionados.

Eu espero sinceramente que aqui façamos o mesmo, porque se não, nós teremos um problema gravíssimo do ponto de vista jurídico, o que pode levar à paralisação posteriormente por conta dos processos que poderão ser impetrados na Justiça por parte dos servidores, dos seus órgãos de classe.

A segunda coisa diz respeito ao uso dos recursos. Eu estou apresentando uma emenda, que é a ideia de recursos vinculados. Isso facilita muito mais a fiscalização e o uso dos recursos até para que a gente possa, de fato, saber onde os recursos destinados da Assembleia serão utilizados no combate à Covid-19. Eu mesmo disse aqui a questão das mulheres vítimas de violência, a situação do pessoal de baixa renda, que é preciso olhar com carinho.

Por fim, não menos importante, nós estamos falando de hospitais de campanha. Ontem, o deputado Dr. Jorge falou, o deputado Emídio retomou. Eu quero terminar dizendo o seguinte: na cidade de São Paulo nós temos dois hospitais que poderiam ser utilizados.

Um é o Hospital Universitário da USP e o outro é o Hospital Sorocabano. É impressionante essa vontade de construir hospital de campanha sem olhar os hospitais que já existem. O estado poderia - se quisesse - fazer uma reforma rápida e utilizar esses prédios que já estão prontos, que estão lá.

O da USP é um absurdo, porque foram cortando, cortando, cortando. Aliás, a grande responsabilidade pela situação que passamos, além do presidente da República, que parece que daqui a pouco vai tocar fogo na República, a gente tem o governador que não se preparou como deveria para enfrentar essa guerra invisível, silenciosa, mas mortal.

Só nas últimas 24 horas, 357 mortes, totalizando 3.670 no Brasil e quase 53 mil casos. É essa irresponsabilidade desse presidente incompetente, incapaz, que fica falando de gripinha, que demite ministro, que está preocupado com a família dele, com a proteção da família dele, e do gabinete do ódio, daqueles que estão envolvidos - talvez, quem sabe - empresários próximos a ele.

Nós precisamos sair deste debate muito maior do que entramos. Por isso a Assembleia tem condições, possibilidades, de melhorar muito esse projeto; de não tirar de quem mais precisa; de cortar onde é necessário cortar para que a gente dê a nossa contribuição e nós podemos fazer isso .

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputado Paulo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O próximo inscrito, a deputada Monica Seixas, líder do PSOL, indica o deputado Carlos Giannazi. Só lembrando, deputado Carlos Giannazi, que o tempo de V. Exa. será de seis minutos até o encerramento desta sessão.

Quando abrimos a próxima sessão, aí vão precisar novamente os líderes que quiserem novamente fazer as indicações, V. Exa. pode ser indicado novamente pela líder Monica Seixas, perfeito?

Então passo a palavra até seis minutos e vou interrompê-lo quando der o tempo de finalização da sessão por conta do esgotamento do tempo. Tem a palavra V. Exa. para encaminhar em nome da liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO ORADOR - Na verdade, eu vou dividir o tempo com a deputada Monica Seixas, mas rapidamente eu queria aqui fazer uma grave denúncia contra o governo Doria e contra a Secretaria Estadual de Educação, que está orientando toda a rede estadual, os diretores, os gestores das quase 4.000 escolas da nossa rede a entregarem materiais na semana que vem, a mobilizarem milhões de pessoas.

Porque mobilizam gestores, diretoras, coordenadoras pedagógicas, quadro do apoio escolar, agentes de organização escolar e, ainda, pedindo a convocação de professores para distribuir materiais para os alunos.

Ou seja, pais de alunos, alunos, estarão em massa nas escolas na semana que vem. Isso vai contra o próprio discurso do isolamento, da quarentena. Isso é muito sério; é um crime.

Eu protocolei agora uma representação no Ministério Público contra essa decisão, contra essa orientação genocida do prefeito Doria e do seu secretário Rossieli "Weintraub", que está destruindo a rede e agora colocando em risco a vida dos servidores da Educação - diretoras, coordenadoras pedagógicas, agentes de organização escolar e professoras e professores também, que serão convocados a distribuir cartilhas, um gibi da Turma da Mônica e provas que serão levadas para as casas dos alunos.

Eles vão fazer as provas em casa e devolver as provas nas escolas. Essas provas podem estar contaminadas de um lado ou do outro. Ele vai colocar então em risco; ele vai mobilizar não digo centenas, mas milhões de pessoas. A nossa rede de ensino tem quase quatro ou cinco milhões de alunos matriculados.

É uma rede que tem quase 300.000 servidores. Então toda essa base será mobilizada nesses dias na semana que vem para ir às escolas retirando esse material. Isso é muito sério. Eu queria fazer essa denúncia e pedir para que os deputados convençam o governador e o secretário de Educação a cancelarem essa orientação, porque é uma orientação genocida.

Não difere nada da orientação do Bolsonaro, que vai fazer um pronunciamento agora, porque foi vítima agora de uma delação premiada do Moro, que foi cúmplice dele durante todo esse tempo. Fez uma declaração agora, uma delação premiada que a gente já sabia há muito tempo, mas ele foi cúmplice e só agora que ele falou.

Então eu queria fazer essa denúncia aqui. Nós já acionamos o Ministério Público, mas eu peço ajuda da Assembleia Legislativa. Que a Assembleia Legislativa tome providências contra essa orientação genocida que vai colocar em risco a vida dos servidores da Educação, dos nossos alunos e das suas famílias.

Muito obrigado. Passo o meu tempo para a deputada Monica Seixas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigando, deputado Giannazi. Tem a palavra a deputada Monica por dois minutos e 48 segundos.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, presidente. Obrigada, Giannazi. Muito rapidamente retomar

A gente está aqui às vésperas de votar o regime de urgência desse projeto, que é um projeto que particularmente a gente já falou que não tem desacordo sobre a necessidade de que os deputados patrocinem alguma solidariedade, que ajudem neste momento, mas que chegou de uma forma ruim, que inclui os trabalhadores do gabinete de forma involuntária, que não leva em consideração a responsabilidade com a vida dessas pessoas que não podem ser incluídas na baía que vai atingir os deputados, porque mais uma vez: salário de trabalhador é

salário de trabalhador; rendimento dos deputados é rendimento dos deputados.

São bem diferentes.

E essa votação vai se concretizando num dia em que o Brasil assistiu a Presidência da República ruir. E eu estava rindo aqui no começo da sessão porque é irônico ver como tem deputado do PSL que fez homenagem ao Ustra, que fez uma festa chamada "Porão do DOPS" e está gritando "Abaixo à ditadura".

O mundo capota, não é mesmo? Então, que bom que a liberdade das pessoas, que é necessário, hoje, com o governo... mas também aqui na Assembleia Legislativa. Minha colega Isa Penna disse muito bem que (Inaudível.), nos privando um tempo precioso de debate e hoje argmou aqui uma derrota política de ver velhos aliados que sempre baixaram a cabeça, não abaixarem a cabeça dessa vez.

E eu espero que esse espírito de agora em diante nos leve a debater a necessidade de um calendário, de uma agenda independente do Poder Legislativo, que precisa votar os 129 projetos de autoria dos deputados.

Pela primeira vez deixar que os deputados façam o seu trabalho, como (Inaudível.) Poder Legislativo de auxílio estadual e de participar das soluções para a crise. Então eu queria só para fazer aqui, que o PSOL vai votar favorável porque é a favor do mérito, mas é contrário à forma como isso foi conduzido.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputada Monica, eu vou pedir desculpas a Vossa Excelência. Nós estamos com 17 horas. Encerramos o limite da sessão.

Então está esgotado o objeto da sessão. Em dez minutos retomaremos a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 17 horas.

* * *

24 DE ABRIL DE 2020 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em votação o requerimento de urgência ao PR 13/20.
2 - TEONILIO BARBA LULA
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PR 13/20, em nome do PT.
3 - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PR 13/20, em nome do PT.
4 - LECI BRANDÃO
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PR 13/20, em nome do PCdoB.
5 - TENENTE NASCIMENTO
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PR 13/20, em nome do PSL.
6 - DOUGLAS GARCIA
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PR 13/20, em nome do PSL.
7 - ADRIANA BORG
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PR 13/20, em nome do PROS.
8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação nominal o requerimento de urgência ao PR 13/20.
9 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.
10 - MARCIO DA FARMÁCIA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Podemos.
11 - TEONILIO BARBA LULA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.
12 - VINÍCIUS CAMARINHA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.
13 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Anuncia o resultado da votação nominal, que aprova o requerimento de urgência ao PR 13/20. Lembra prazo para apresentação de emendas. Convoca as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para reunião conjunta a ser realizada no dia 28/04, às 14h30min. Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.
* * *
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.
* * *
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Votação do requerimento de autoria da Mesa para tramitação em regime de urgência do Projeto de lei nº 13, de 2020.

Para encaminhar, o nobre deputado Teonilio Barba. Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vou compartilhar o meu tempo com o nobre deputado Luiz Fernando, que já está a postos para quando eu passar a palavra a ele.

Primeiro, presidente, antes de entrar no tema que estamos debatendo, quero fazer uma resposta menor, pequena, ao deputado Douglas Garcia, do PSL. O deputado Douglas Garcia que, junto com o Jair Bolsonaro, é farinha do mesmo saco, junto com o João Doria. Tenho certeza de que o deputado Douglas Garcia pediu e apoiou o João Doria no segundo turno, se não apoiou já no primeiro turno.

E a covardia que vai assolando o deputado Douglas Garcia, o desespero, porque primeiro caiu um ministro que estava popular, mais popular do que o presidente da República, e caiu outro ministro agora, covarde do silêncio, que não se manifestou enquanto ministro da Justiça e da Segurança Pública em relação à postura do presidente, além de expor a sua equipe de segurança nos atos ocorridos no domingo a favor da intervenção da ditadura militar no país com o presidente no poder.

O presidente miliciano... Vamos olhar hoje. Acho que o deputado Douglas Garcia precisava assistir à fala do ministro que ele tanto louva, como o ministro comprometeu, de maneira gravíssima... Como o Sergio Moro comprometeu o presidente da República na sua renúncia hoje, no seu pedido de demissão.

Então, deputado Douglas Garcia, você precisa, junto com o João Doria, pedir desculpas ao povo de São Paulo. Você e João Doria são farinha do mesmo saco, pois vocês apoiaram o Bolsonaro. E você continua apoiando, que é seu presidente. Mas você apoiou o João Doria.

Então, se o João Doria é um mal para o estado de São Paulo, você precisa pedir desculpas para o povo de São Paulo. E o João Doria precisa pedir desculpas ao povo do Brasil, pois apoiou esse presidente miliciano que está aí. Miliciano! Esse presidente que juntou em torno de si uma turma para poder tentar dar nó em pingo d’água.

Hoje, o pedido de demissão do Sergio Moro não foi só um pedido de demissão. Foi um pedido de demissão e uma denúncia muito grave. Se comprovado tudo o que ele falou, cabe, com certeza, a cassação do presidente da República.

E nós, do PT, não nos calaremos. Vamos continuar denunciando o presidente miliciano. E você, deputado, deve desculpas ao povo de São Paulo, está questionando o João Doria.

Então, deputado, eu precisava responder isso para você, com muita tranquilidade, com muita serenidade, porque você falou que iria falar mal do João Doria e falou mal do PT o tempo todo.

Aliás, deputado, você deve esclarecimentos ao povo de São Paulo, porque, até agora, você votou em todos os projetos do João Doria, que retiram direitos dos trabalhadores, que não aplicam reajuste, que aplicam reajuste abaixo da inflação, a favor das privatizações, a favor das concessões, a favor de tudo o que o João Doria apresentou. A favor da reforma da Previdência! O senhor foi um deputado que fez isso.

Então, covardia do Bolsonaro, covardia sua, covardia do Sergio Moro, o ministro do silêncio, o ministro calado. Aliás, um ministro que participou, antes de ser ministro, do processo de eleições diretas deste país ao tirar o presidente Lula do páreo.

Porque está revirada a vida do presidente Lula, de cabeça para baixo, no mundo inteiro, e não se acha um centavo em uma conta do presidente Lula em qualquer lugar do exterior.

Não sei na hora que revirarem as contas do Flávio Bolsonaro...Aliás, foi um dos motivos para o Sergio Moro sair, porque o presidente quer ter acesso às informações da Polícia Federal, quer todo o relato antes, para saber o que eles podem falar ou não. Então, deputado, queria deixar isso claro.

Não sei quanto tempo me resta ainda, acho que talvez uns cinco minutos, se não me engano. Quero aproveitar um minuto e meio para falar do projeto que estamos debatendo, o projeto com pedido de urgência.

Eu estou aberto à Mesa para poder discutir e avançar no projeto. Estou aberto à negociação com os deputados, com a Mesa Diretora, que tem três deputados, o deputado Enio, o deputado presidente Cauê Macris e o deputado Milton Leite. A Câmara de São Paulo retirou do projeto.

Quando nós começamos a fazer conta aqui, juntado o vale-refeição, juntado o auxílio-alimentação e juntado...

Excluir... Quais os itens que eu quero excluir desse projeto? O Art. 5º, o Art. 6º e o Art. 7º. O Art. 5º trata da redução dos salários dos funcionários; salários e benefícios. O Art. 6º junta o vale-refeição com o auxílio-alimentação. Excluir desse projeto.

O Art. 7º trata da questão da suspensão do pagamento da licença-prêmio. Também retirar desse projeto, até porque a licença-prêmio é uma verba variável; nem todo mundo vence licença-prêmio ao mesmo tempo. Por exemplo, no meu gabinete, alguém vai vencer agora; três, quatro pessoas.

Então, é um custo variável, de 23 pessoas que eu tenho na assessoria. Não vence de todos os 2.500 servidores comissionados da Casa na mesma época. Então, é possível retirar desse projeto.

E fazer a alteração do Art. 1º. Eu apresentei ontem, e vou apresentar escrito da maneira como falei aqui ontem. Deputados que declararam até um milhão de reais, 30%; de um milhão e um centavo para cima, 35%, 40%; e assim vai fazendo sucessivamente. De um a dois; de dois e um a três; de três e um a quatro; e de quatro e um para frente, 50 por cento.

Então, presidente, passo a palavra para o meu amigo, deputado Luiz Fernando.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra, deputado, pelo tempo remanescente.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Ligar o som, né?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estamos te ouvindo, deputado Luiz. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Presidente, nobres pares, quero saudar a todas e todos. Sr. Presidente, eu pedi ao deputado Barba para poder encaminhar porque, por conta de algumas mentiras que estão sendo divulgadas, eu acho que é importante a gente esclarecer. Para o telespectador da TV Alesp e, inclusive, os próprios deputados.

No dia 24 de março, eu apresentei um projeto de lei que tratava da redução, que cortava, em prol do coronavírus, 50% do salário. Apresentei um projeto de lei no dia 26, um projeto de resolução que falava de um corte de verba do gabinete com a mesma situação.

Depois de um ato de “copia e cola” - eu diria isso, um golpe, a tentativa de um golpe - de uma ideia, uma pessoa muito habilidosa em dar golpes, que participou de um grande golpe na história política do nosso país... Vai estar escrito o nome dessa pessoa; o nome dessa pessoa está escrito na história brasileira como a rainha do golpe. Foi usada para tirar uma presidente legitimamente eleita.

E agora queria dar um golpe na gente. Soltou nas redes sociais dela, Sr. Presidente e nobres pares, que ela estava lutando para baixar os salários, que ela estava lutando para baixar a verba de gabinete. Sabe quando que ela apresentou o projeto dela? No dia dois de abril - O Projeto de resolução no 11. O meu é o Projeto de resolução no 10. Portanto, anterior ao dela.

E para piorar, Sr. Presidente, numa postura que é típica dela, típica de uma pessoa que convive no submundo do golpe, que combate a democracia, que se alia a milicianos e tal, o que essa senhora fez? Ela veio dizer que a gente apresentou e ficou torcendo para não ser aprovado. Isso ela falou no grupo de deputados, e ela falou ontem, quando estava enganando através dos microfones da TV Alesp e na nossa plenária. Que teve gente que apresentou e ficou torcendo para não ser.

Quero dizer a essa senhora: eu a desprezo. Para mim, é uma pessoa desprezível, uma pessoa que participou de um grande golpe. Eu, como sou um democrata e luto pela sociedade, luto por democracia, desprezo esse tipo de coisa. Mas não venha, dona Janaina Paschoal, mentir. A senhora engana o seu pessoal, que a segue nas redes sociais. Mas não venha usar os microfones da Assembleia para enganar o povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Luiz Fernando encerra o tempo de encaminhamento do PT.

Deputada Carla Morando, para encaminhar em nome da liderança do PSDB.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Cauê, vou me retirar, para que a gente possa votar o quanto antes. Está bom?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito. Obrigado, deputada Carla Morando.

Próxima inscrita é a deputada Leci Brandão, para encaminhar em nome do PCdoB.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Bem, sou eu?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra V. Exa., deputada Leci.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu não havia feito a minha inscrição, mas diante do que está acontecendo nesse momento no Brasil, ou seja, o pannelço está geral, por todo o país, eu tinha que falar. Porque como eu sou uma pessoa muito sensível, eu sou da emoção, eu não posso me calar nesse momento.

Eu estou estarecida com o discurso que está sendo feito por esse presidente aí, atacando o seu ministro da Justiça, que, afinal de contas, era a pessoa de maior confiança, a pessoa que fez tudo para prender o presidente Lula. E nessa hora o coração da mulher negra, entendeu, da mulher que veio da base, que sempre lutou, que sempre batalhou, que respeita o Partido dos Trabalhadores, sempre respeitou, não pode ficar calada.

A gente está tratando de outro assunto, que é a questão do coronavírus aqui em São Paulo. Todo mundo sabe que eu sou a favor do projeto, mas também sou a favor das emendas que foram colocadas, principalmente pelo PT, e quero dizer o